



## **PROCEDIMENTO N.º 8092/2025**

# **AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTES NÃO URGENTES DE DOENTES**

## **CADERNO DE ENCARGOS**

**Serviço de Aprovisionamento**  
**Unidade Local de Saúde do Baixo Mondego, E.P.E.**



**PROCEDIMENTO N.º 8082/2025**  
**AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTES NÃO URGENTES DE DOENTES**  
**CADERNO DE ENCARGOS**

**Capítulo I**

**Disposições gerais**

**Cláusula 1.ª**

**Objeto**

1. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a prestação de serviços de transporte de doentes não urgentes em Ambulância e em Veículo Dedicado ao Transporte de Doentes (“VDTD”), do seu domicílio dos concelhos da área de influência da ULSBM EPE, para realização de exames, tratamentos ou consultas, e o respetivo transporte de regresso do doente ao seu domicílio.
2. As quantidades previstas nos Anexos do Caderno de Encargos, relativas ao número de transportes a efetuar e respetivo valor, foram estimadas com base no histórico de serviços de transportes de doentes realizados no último ano, assumindo, desta forma um carácter meramente indicativo, não vinculativo.

**Cláusula 2.ª**

**Disposições por que se rege o contrato**

1. O presente contrato obedece:
  - a) Às cláusulas do Contrato e ao estabelecido em todos os elementos e documentos que dele fazem parte integrante;
  - b) Ao Código dos Contratos Públicos, doravante designado por “CCP”, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, com as sucessivas alterações.
  - c) À restante legislação e documentação aplicável.
2. Para efeitos da alínea a) do número anterior, consideram-se integrados no Contrato, sem prejuízo do disposto no n.º 4, do art.º 96.º do CCP:
  - a) O clausulado contratual, incluindo os ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do CCP e aceites pela Unidade Local de Saúde do Baixo Mondego, E. P. E., nos termos do disposto no artigo 101.º do mesmo Código;
  - b) O suprimento dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que tais erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar, nos termos do disposto no artigo 50.º do CCP;
  - c) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
  - d) O presente Caderno de Encargos;
  - e) A proposta adjudicada;
  - f) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário;
3. Todos os outros documentos que sejam referidos no clausulado contratual ou no Caderno de Encargos.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos nas alíneas b) a f) do número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual são indicados nesse número.



5. Em caso de divergência entre os documentos referidos nas alíneas de b) a f) do n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do CCP e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º do CCP.

### **Cláusula 3.ª**

#### **Prazo de Vigência do contrato**

O presente procedimento é válido para o ano de 2025, prevendo início entre os meses de junho/julho de 2025, cessando efeitos a 31 de dezembro de 2025, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

### **Cláusula 4.ª**

#### **Preço base**

Para efeitos do disposto no artigo 47.º do CCP, o preço base constitui o montante máximo que a ULSBM, EPE se dispõe a pagar, não poderá ser superior a 615.135,44 € (seiscentos e quinze mil, cento e trinta e cinco euros e quarenta e quatro centimos), isento de IVA. O presente procedimento será dividido em:

- i) **Lote 1 – Diurno (08:00 às 18:00):** 538.517,86 € (quinhentos e trinta e oito mil, quinhentos e dezassete euros e oitenta e seis centimos) isento de IVA. O presente montante estimado, será decomposto em:
  - a) Para a **posição 1 (Ambulâncias do Tipo A e do Tipo C)**, estima-se o montante de 402.742,70 € (quatrocentos e dois mil, setecentos e quarenta e dois euros e setenta centimos), isento de IVA;
  - b) Para a **posição 2 (VDTD)**, estima-se o montante de 135.775,16 € (cento e trinta e cinco mil, setecentos e setenta e cinco euros e dezasseis centimos), isento de IVA;
- ii) **Lote 2 – Noturno (18:00 às 08:00):** 76.617,58 € (setenta e seis mil, seiscentos e dezassete euros e cinquenta e oito centimos), isento de IVA.
  - c) Para a **posição 3 (Ambulâncias do Tipo A e do Tipo C)**, estima-se o montante de 62.105,89 € (sessenta e dois mil, cento e cinco euros e oitenta e nove centimos), isento de IVA;
  - d) Para a **posição 4 (VDTD)**, estima-se o montante de 14.511,69 € (catorze mil, quinhentos e onze euros e sessenta e nove centimos), isento de IVA.

## **Capítulo II**

### **Obrigações Contratuais**

#### **Secção I**

#### **Obrigações do Prestador de serviços**

### **Cláusula 5.ª**

#### **Obrigações principais do Prestador de serviços**

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o Prestador de serviços/Prestador de serviços as seguintes obrigações principais:

- a) Obrigação de prestar a atividade contratada, nos termos e condições previstos na proposta adjudicada e no Caderno de Encargos;



- b) Executar a prestação de serviço de transporte não urgente de doentes e acompanhantes em VDTD ou ambulância;
  - c) Efetuar a gestão dos pedidos e a respetiva programação dos transportes, de acordo com as indicações dadas pelo Sistema de Gestão de Transporte de Doentes (SGTD);
  - d) Garantir o transporte de profissionais e dos acompanhantes dos doentes sempre que se justifique;
  - e) Garantir a utilização da plataforma informática de gestão de transportes utilizada pelo SGTD, registando todas as informações necessárias, nomeadamente a matrícula da viatura e o nome do motorista;
  - f) Garantir os registos com a hora de entrada e saída do doente nas portarias da ULSBM, EPE, sem os quais não será possível proceder ao pagamento das faturas;
  - g) Dar cumprimento a toda a legislação em vigor no que concerne ao transporte de pessoal e equipamento, no âmbito do presente procedimento
  - h) Obrigação de manter a qualidade dos serviços ao longo da vigência do contrato, assegurando sempre a observância dos mais elevados padrões de qualidade científicos, éticos e deontológicos aplicáveis;
  - i) Obrigação de comunicar antecipadamente ao contraente público os factos que tornem total ou parcialmente impossível a prestação de serviços ou cumprimento de qualquer outra das suas obrigações nos termos do Contrato;
  - j) Obrigação de prestar de forma fidedigna as informações referentes às condições em que são prestados os serviços e todos os esclarecimentos que se justifiquem;
  - k) Obrigação de comunicar qualquer alteração do contraente público com relevância para a execução do contrato;
  - l) Obrigação de guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao contraente público, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato;
  - m) Obrigação de cumprir escrupulosamente todas as obrigações legais e contratuais em matéria de proteção de dados pessoais;
  - n) Obrigação de assegurar o estrito cumprimento do disposto no artigo 419.º-A do CCP;
  - o) Obrigação de entregar ao contraente público, ao longo da execução da prestação de serviços objeto do contrato toda a documentação resultante da execução do trabalho, em formato eletrónico;
2. A título acessório, o prestador de serviços fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.
3. As atividades subjacentes à prestação de serviços a contratar devem ser desenvolvidas pelo prestador de serviços no estrito respeito pelo contrato e em conformidade com as normas legais e regulamentares aplicáveis.
4. O Prestador de serviço fica ainda obrigado a, no prazo de 15 dias a contar da data da notificação da adjudicação, entregar ao Serviço de Gestão de Doentes do adjudicante os seguintes elementos:
- a) Identificação da informação necessária para adequada parametrização do SGTD;
  - b) Descrição das medidas que o concorrente adotará para garantir a qualidade, quantidade de transportes, segurança, higiene e boas práticas dos trabalhadores e dos serviços de transporte a fornecer e respetivo controlo;
  - c) Plano de formação a aplicar ao pessoal a afetar à prestação de serviços;



- d) Plano de higienização e limpeza periódica das viaturas e equipamentos a cargo do Prestador de serviço;
  - e) Plano de emergência e de catástrofe;
  - f) Identificação do quadro de pessoal afeto à prestação e prova de capacitação dos elementos e explicitação das habilitações literárias e profissionais dos técnicos integrados ou não na empresa, especificamente, os que têm a seu cargo o controlo da qualidade.
5. Caso se verifique a desconformidade da informação/documentação apresentada pelo prestador de serviços, nos termos do ponto anterior, com as especificações técnicas ou exigências do Caderno de Encargos, a ULSBM, EPE, interpela o cocontratante para, no prazo de 10 dias, proceder à correção das desconformidades indicadas, sob pena de incumprimento definitivo do contrato.

#### **Cláusula 6.ª**

##### **Patentes, Licenças e Marcas Registadas**

1. São da responsabilidade do adjudicatário quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes registadas ou licenças.
2. Caso a Entidade Adjudicante venha a ser demandada por ter infringido, na execução do Contrato, qualquer dos direitos mencionados no número anterior, o adjudicatário indemniza-o de todas as despesas que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar seja a que título for.

#### **Cláusula 7.ª**

##### **Objeto do dever de sigilo e prazo**

1. O prestador de serviço/fornecedor, incluindo todos os seus agentes, funcionários, colaboradores ou terceiros, devem guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à atividade da ULSBM, EPE de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e documentação abrangida pelo dever de sigilo não pode ser transmitida a terceiros, nem ser objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. O fornecedor é responsável pelo cumprimento do dever de sigilo por parte dos seus colaboradores, qualquer que seja a natureza jurídica do vínculo que sirva de base a essa colaboração, inclusivamente após a cessação desta, independentemente da causa da cessação.
4. O fornecedor é ainda responsável perante a ULSBM, EPE em caso de violação do dever de sigilo pelos terceiros por si subcontratados, bem como por quaisquer colaboradores desses terceiros.
5. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e documentação que seja comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo fornecedor ou que seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.
6. O dever de sigilo mantém-se em vigor pelo prazo de 5 (cinco) anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.



## **Secção II**

### **Obrigações da ULSBM, EPE**

#### **Cláusula 8.ª**

##### **Preço Contratual**

1. Pela prestação de serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a ULSBM, EPE obriga-se a pagar ao Prestador os preços constantes da proposta adjudicada, isento de IVA, pelos serviços efetivamente prestados, e no estrito cumprimento na legislação portuguesa aplicável, em especial, no Despacho n.º 7606/2023, de 21 de julho de 2023, na redação atual, observando os preços máximos identificados no Anexo I ao presente Caderno de Encargos.
2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à ULSBM, EPE, nomeadamente os relativos a despesa de formação, despesas de vencimentos, contribuições para a Segurança Social, encargos sociais e os prémios de seguro contra acidentes de trabalho e viaturas afetas à prestação do serviço, alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, uniformes e cartões profissionais de identificação do pessoal, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de todos os meios materiais, nomeadamente todos os consumíveis, quando aplicável, e equipamentos que se revelem necessários de acordo com as boas práticas de transporte de doentes reconhecidas pela Ordem dos Médicos.
3. Nos termos do artigo 300.º do CCP, não haverá lugar à revisão de preços durante toda a sua vigência do(s) contrato(s).

#### **Cláusula 9.ª**

##### **Faturação de Serviços**

1. Mensalmente será emitida uma fatura, processada por meios eletrónicos, através da aplicação informática SGT.D.
2. As verbas resultantes de eventuais penalizações, quando a elas haja lugar, ou de danos causados por pessoal do prestador de serviços nos termos das presentes cláusulas, serão objeto de solicitação de créditos e descontados nos pagamentos a realizar. A não emissão dos créditos solicitados, no prazo informado, poderá dar origem à emissão de débitos, de igual montante, que serão descontados nas prestações que são devidas ao prestador de serviços.
3. A conferência dos valores faturados é igualmente processada por meios eletrónicos, através do SGT.D.
4. Nas situações em que o transporte, previamente autorizado e aceite, não se realize por causa imputável ao doente ou à ULSBM, EPE, a deslocação deve ser faturada com base na distância existente entre o local de saída e o local de origem do doente.
5. Sem prejuízo das penalidades aplicáveis, sempre que existirem falhas de transporte de doentes por causa imputável ao prestador do serviço de transporte, devidamente requisitado e autorizado, deverá ser deduzido no pagamento a efetuar, o valor correspondente ao transporte em falta.
6. A celebração de um contrato de factoring através do qual o fornecedor ceda todo e qualquer crédito emergente do contrato celebrado carece de consentimento prévio e escrito da ULSBM, EPE nos termos do n.º 1, do artigo 577.º do Código Civil, ficando desde já expresso que, independentemente da concessão de tal



autorização, o cedente mantém-se obrigado a comprovar a regularização da sua situação contributiva e fiscal à data do vencimento das faturas.

#### **Cláusula 10.ª**

##### **Condições e prazos de pagamento**

1. As quantias devidas pela ULSBM, EPE devem ser pagas no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após a receção das respetivas faturas nos Serviços Financeiros e Serviço de Gestão de Doentes, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação que lhes subjaz e a emissão da respetiva nota de encomenda, em função dos fundos disponíveis e onde se encontre necessariamente inscrito, sob pena de nulidade, um número de compromisso válido e sequencial.
2. Para efeitos do número anterior, a obrigação vence-se com a efetiva prestação dos serviços contratados, sem prejuízo do disposto nas cláusulas seguintes.
3. A fatura e/ou documentação que eventualmente a acompanhe devem discriminar os serviços efetivamente prestados (trajeto efetuado e demais serviços), de forma a justificar cabalmente os montantes, sem o que não poderão ser conferidas e pagas;
4. O pagamento da fatura fica sujeito ao controle do serviço prestado/faturação efetuada, com base nos preços constantes da proposta adjudicada e, quando aplicável, será igualmente tida em consideração para este efeito:
  - a) as distâncias verificadas através do Google Maps (<http://maps.google.pt/>), caso este em que a ULSBM, EPE apenas pagará os kms aí indicados, independentemente dos kms efetivamente apresentados;
  - b) O registo de entrada e saída da viatura/doente na ULSBM, EPE ou demais prestadores.
5. Os pagamentos só serão devidos para serviços prestados aos preços constantes das notas de encomenda emitidas pelo Serviço de Aprovisionamento.
6. Em caso de discordância, por parte da ULSBM, EPE, quanto aos valores indicados nas faturas, deverá o mesmo comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os respetivos fundamentos, devendo este prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
7. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto na presente Cláusula, as faturas são pagas através de transferência bancária, para NIB a indicar pelo prestador de serviços.
8. O prestador de serviços deverá encontrar-se em condições de cumprir com o legalmente estipulado quanto à faturação eletrónica em procedimentos aquisitivos de contratação pública, nos termos e ao abrigo do disposto no Decreto-Lei n.º 28/2019, de 15 de fevereiro - artigos 12.º e 14.º, integrados na Secção II do Capítulo 111, relativa a faturação eletrónica que regula as obrigações relativas ao processamento de faturas e outros documentos fiscalmente relevantes, e no Decreto-Lei n.º 123/2018, de 28 de dezembro, que define o modelo de governação para a implementação da faturação eletrónica nos contratos públicos, a fatura deverá ser compatível com o sistema de faturação eletrónica implementado pela ULSBM, EPE (plataforma Saphety).
9. Para efeitos de cumprimento do referido no ponto anterior, será o prestador de serviços devidamente informado pela ULSBM, EPE do procedimento a seguir para proceder a faturação dos serviços prestados, mediante pedido de esclarecimento do prestador de serviços, a enviar para o endereço de correio eletrónico [aprovisionamento@ulsbm.min-saude.pt](mailto:aprovisionamento@ulsbm.min-saude.pt).
10. Não são autorizados adiantamentos por conta dos serviços a prestar.





### **Capítulo III**

#### **Caução e seguros**

##### **Cláusula 11.ª**

##### **Execução da caução**

1. A caução prestada para bom e pontual cumprimento das obrigações decorrentes do contrato, nos termos do Programa do Procedimento, quando legalmente exigível, pode ser executada pelo contraente público, sem necessidade de prévia decisão judicial ou arbitral, para satisfação de quaisquer créditos resultantes de mora, cumprimento defeituoso, incumprimento definitivo pelo prestador de serviços das obrigações contratuais ou legais, incluindo o pagamento de penalidades, ou para quaisquer outros efeitos especificamente previstos no contrato ou na lei.
2. A resolução do contrato pelo contraente público não impede a execução da caução, contanto que para isso haja motivo.
3. A execução parcial ou total da caução referida nos números anteriores constitui o prestador de serviços na obrigação de proceder à sua reposição pelo valor existente antes dessa mesma execução, no prazo de 10 dias após a notificação do contraente público para esse efeito.
4. A caução a que se referem os números anteriores é liberada nos termos do artigo 295.º do CCP.

##### **Cláusula 11.ª**

##### **Seguros**

1. É da responsabilidade do Prestador de serviço a cobertura, através de contratos de seguro, dos seguros a que esteja obrigado por lei, incluindo seguros de responsabilidade civil, seguros de acidentes de trabalho, de seguro de acidentes pessoais, de quaisquer riscos de acidentes de viação sofridos pelo seu pessoal ou por pessoal dos seus subcontratados, ou ainda por terceiros.
2. O Prestador de serviço fica sujeito ao cumprimento das disposições regulamentares em vigor sobre acidentes de trabalho e medicina no trabalho relativamente a todo o pessoal afeto à prestação do serviço, sendo da sua responsabilidade os encargos que daí advenham. É, igualmente, da sua responsabilidade assegurar os requisitos para a prevenção da higiene, saúde e segurança no trabalho.
3. A ULSBM, EPE pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos nos números anteriores, devendo ser apresentada pelo Prestador de serviço no prazo de 7 (sete) dias.
4. Os seguros de acidentes pessoais referidos no n.º 1 devem ter um capital mínimo seguro no valor de 500.000 € (quinhentos mil euros), por pessoa segura.
5. Os seguros de acidentes pessoais devem prever que as indemnizações sejam pagas aos sinistrados ou, em caso de morte, a quem prove ter a elas direito, nos termos da lei sucessória ou de outras disposições legais aplicáveis.





## **Capítulo IV**

### **Incumprimento, penalidades contratuais e resolução**

#### **Penalidades contratuais**

##### **Cláusula 12.<sup>a</sup>**

#### **Penalidades contratuais**

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, nomeadamente em casos de mora, cumprimento defeituoso ou incumprimento de qualquer das obrigações assumidas no âmbito do Contrato a celebrar, a ULSBM, EPE pode exigir do Prestador de serviços o pagamento de uma pena pecuniária, até ao limite de 20% (vinte por cento) sobre o preço mensal do Contrato, calculados diariamente, até ao completo e integral cumprimento das obrigações assumidas. A sanção prevista corresponderá ao máximo aplicável, sendo que, no caso concreto, será apreciada em função da culpa do Prestador de serviços.
2. Decorridos 30 minutos sobre a hora estipulada do transporte sem que este tenha comparecido a ULSBM, EPE poderá requisitar o transporte a uma entidade terceira, às custas do prestador do serviço que chamou em 1.º lugar, em faturas por este apresentadas, solicitando para tanto, as respetivas notas de crédito.
3. A ULSBM, EPE pode exigir ao prestador de serviços o pagamento de uma pena pecuniária, nos termos definidos nas cláusulas técnicas do presente Caderno de Encargos.
4. A ULSBM, EPE pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
5. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a ULSBM, EPE exija uma indemnização pelo dano excedente.

##### **Cláusula 13.<sup>a</sup>**

#### **Responsabilidade das partes**

Cada uma das partes deve cumprir pontualmente as obrigações emergentes do contrato e responder perante a outra por quaisquer danos que resultem do incumprimento ou do cumprimento defeituoso dessas obrigações, nos termos deste caderno de encargos e da lei, sem prejuízo do disposto na cláusula seguinte.

##### **Cláusula 14.<sup>a</sup>**

#### **Força maior**

1. Não podem ser impostas penalidades ao fornecedor, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias a vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever a data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:



- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do fornecedor, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do fornecedor ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo fornecedor de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo fornecedor de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do fornecedor cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do fornecedor não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

#### **Cláusula 15.ª**

##### **Resolução do contrato**

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, o contraente público pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o fornecedor violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.
2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao fornecedor e não determina a repetição das prestações já realizadas.
3. O fornecedor apenas pode resolver o contrato nos termos e com os fundamentos previstos no CCP.
4. Em caso de resolução do contrato por incumprimento, o contraente público poderá recorrer à faculdade prevista no artigo 318.º-A do CCP para a celebração de um novo contrato.

#### **Capítulo V**

##### **Cessão da posição contratual e subcontratação**

#### **Cláusula 16.ª**

##### **Subcontratação e cessão da posição contratual**

A subcontratação pelo prestador de serviços e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do CCP, sem prejuízo do previsto no artigo 318.º-A do mesmo diploma.

#### **Cláusula 17.ª**

##### **Cessão de créditos ou constituição de garantias**

1. O prestador de serviços não poderá ceder ou dar como garantia quaisquer direitos ou obrigações decorrentes do contrato, sem prévio acordo escrito do contraente público



## **Capítulo VI**

### **Resolução de litígios**

#### **Cláusula 18.ª**

##### **Foro competente**

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra, com expressa renúncia a qualquer outro.

## **Capítulo VII**

### **Disposições finais**

#### **Cláusula 19.ª**

##### **Proteção de ULSBM, EPE Pessoais**

1. No desenvolvimento de quaisquer atividades relacionadas com a execução do presente contrato, as Partes observam escrupulosamente o regime legal da proteção de ULSBM, EPE pessoais, empenhando-se em proceder a todo o tratamento de ULSBM, EPE pessoais que venha a mostrar-se necessário ao desenvolvimento do contrato no estrito e rigoroso cumprimento da Lei.
2. Ao abrigo do disposto no número anterior, o adjudicatário obriga-se, nomeadamente:
  - a) Tratar e usar os ULSBM, EPE pessoais, em especial a recolher, registar, organizar, conservar, consultar ou transmitir os mesmos por conta e de acordo com as instruções da ULSBM, EPE;
  - b) Tratar os ULSBM, EPE de modo compatível com as finalidades para os quais tenham sido recolhidos;
  - c) Conservar os ULSBM, EPE apenas durante o período necessário à prossecução das finalidades da recolha ou do tratamento posterior, garantindo a sua confidencialidade;
  - d) Implementar as medidas técnicas e organizativas necessárias para proteger os ULSBM, EPE contra a destruição, acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizado, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos;
  - e) Informar imediatamente a ULSBM, EPE devendo prestar toda a colaboração necessária a qualquer investigação que venha a ser realizada, caso exista alguma quebra de segurança, ou suspeita da mesma, independentemente de colocar ou não em causa a segurança e integridade dos ULSBM, EPE Pessoais;
  - f) Garantir o exercício, pelos titulares, dos respetivos direitos de informação, acesso e oposição;
  - g) Assegurar que os respetivos colaboradores ou os prestadores de serviços externos por si contratados com expressa autorização da ULSBM, EPE e que venham a ter acesso a ULSBM, EPE pessoais cumprem as disposições legais aplicáveis em matéria de proteção de ULSBM, EPE pessoais, designadamente, não cedendo ou divulgando tais ULSBM, EPE pessoais a terceiros, nem deles fazendo uso para quaisquer fins que não os que estiveram subjacentes à sua recolha e tratamento;
  - h) Garantir, após cessação do presente Contrato, a devolução à ULSBM, EPE dos dados pessoais que lhe tenham sido facultados, no suporte em que foram facultados e sem quaisquer ónus, encargos ou obstáculos ao seu pleno aproveitamento, apagando as cópias existentes, a menos que a conservação dos ULSBM, EPE seja exigida ao abrigo da legislação em vigor.



#### Cláusula 20.ª

##### Avaliação dos fornecedores

Fazendo cumprir o Procedimento de Qualidade interno, citamos "PQ.06.4" o qual visa Descrever a avaliação e seleção de Fornecedores, o circuito de compra de um produto/equipamento, sua receção e verificação, bem como, o armazenamento, e conforme deliberação do Conselho de Administração da ULSBM, EPE(atual ULSBM, EPE), datada de 24 de fevereiro de 2020, com vista à avaliação dos Fornecedores Externos, todos os fornecedores serão avaliados numa escala de 1 a 5, em que 1 é muito mau e 5 muito bom, considerando os seguintes critérios:

<b>Critério a considerar</b>	<b>Fornecedor</b>
Qualidade / Competência técnica do serviço / produto	
Capacidade de resposta	
Cumprimento de prazos	
Relação preço/qualidade do serviço/produto/equipamento	
Ser Certificado/ Acreditado	
Avaliação final (A / NA)	

#### Cláusula 21.ª

##### Comunicações e notificações

1. Salvo quando forma especial for exigida no presente contrato, todas as comunicações entre as Partes relativamente a este contrato devem ser efetuadas por escrito, mediante carta, telefax ou correio eletrónico e dirigidas para os seguintes endereços e postos de receção:

(a) Unidade Local de Saúde do Baixo Mondego, E.P.E.

Serviço de Aprovisionamento

Rua do Hospital

3094-001, Figueira da Foz

Telefone: 233 402069

Correio eletrónico: concursos@ulsbm.min-saude.pt

(b) (identificação fornecedor)

A/C (identificação do gestor do contrato pelo fornecedor)

(sede/morada do fornecedor)

(Correio eletrónico do fornecedor)

2. Sem prejuízo do disposto nos números seguintes, as comunicações efetuadas por escrito considerar-se-ão realizadas na data da respetiva receção ou, se fora das horas de expediente, no primeiro dia útil imediatamente seguinte.



3. As comunicações efetuadas mediante carta registada com aviso de receção considerar-se-ão realizadas na data de assinatura do respetivo aviso.
4. Não se consideram realizadas as comunicações efetuadas por telefax, cujo conteúdo não for perfeitamente legível pelo respetivo destinatário, desde que este comunique esse facto à Parte que tiver emitido a referida comunicação no primeiro dia útil imediatamente seguinte ao da respetiva receção.
5. Para efeitos de realização da citação no âmbito de ação judicial destinada ao cumprimento de obrigações pecuniárias emergentes do contrato, são convencionadas as moradas indicadas no n.º 1.
6. A alteração das moradas indicadas no n.º 1 deve ser comunicada à outra Parte, por carta registada com aviso de receção, nos 30 (trinta) dias subsequentes à respetiva alteração.

#### **Cláusula 22.ª**

##### **Gestor do Contrato**

1. Nos termos e para efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 290º-A do CCP será designado, pelo órgão competente ou pelo Conselho de Administração da ULSBM, EPE, um Gestor de Contrato com conhecimentos técnicos necessários para a função a desempenhar.
2. Cabe ao Gestor do Contrato exercer as competências que sejam atribuídas pelo contraente público, em matéria de acompanhamento da execução e verificação do cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais assumidas pelo Adjudicatário.
3. No desempenho das suas funções o Gestor de Contrato tem direito de acesso e consulta a toda a documentação relacionada com as atividades objeto do presente procedimento.
4. Caso o Gestor detete desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do Contrato, deve comunicá-los de imediato ao órgão competente, propondo em relatório fundamentado as medidas corretivas que, em cada caso, se revelem adequadas.
5. O Adjudicatário obriga-se a cooperar com o Gestor do Contrato designado pelo contraente público na prossecução das atividades de acompanhamento que este tem a seu cargo.

#### **Cláusula 23.ª**

##### **Contagem dos prazos**

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

#### **Cláusula 24.ª**

##### **Legislação aplicável**

Em tudo o que não se encontrar especialmente regulado, aplicam-se as disposições constantes do CCP e pela legislação portuguesa que lhe for aplicável.



## **Anexo A**

### **Especificações Técnicas**

1. O presente procedimento tem por objeto a Aquisição de Serviços de Transporte não urgente de Doentes e Acompanhantes em veículo dedicado ao transporte de doentes (VDTD e Ambulância).
2. O transporte será feito em qualquer dia do ano, a qualquer hora, de acordo com a data, hora, local de origem e de destino estipulados na requisição, sempre em viaturas em bom estado de conservação e higiene, não só para proporcionar comodidade e segurança no transporte do doente, mas também para serem evitadas avarias que provoquem atrasos nos horários estipulados.
3. A maioria dos transportes será feita em VDTD e Ambulâncias dos tipos A1 e A2. Todavia em casos especiais também poderão ser solicitadas ambulâncias do tipo C.
4. A prestação de serviços integra:
  - a) Transporte de doentes internados na ULSBM, EPE após a respetiva alta e que não se encontrem em condições de se deslocar pelos seus próprios meios ou através de qualquer meio de transporte, para o local do seu domicílio ou, no decurso de processo de transferência, para outra instituição;
  - b) Transporte de doentes internados na ULSBM, EPE que necessitem de se deslocar a outra instituição para realização de exames complementares de diagnóstico ou de tratamento;
  - c) Transporte de doentes na ULSBM, EPE que necessitem de se deslocar a outros edifícios da instituição para realização de consulta, exames complementares de diagnóstico ou de tratamento;
  - d) Transporte de doentes, em regime de ambulatório, do seu domicílio para a ULSBM, EPE, ou para outra instituição de saúde, para prestação de cuidados de saúde prescritos pela ULSBM, EPE e o respetivo transporte de regresso do doente ao domicílio;
  - e) Transporte de doentes em ambulância medicalizada dentro das instalações da ULSBM, EPE;
  - f) Transporte de doentes noutras situações, mediante autorização prévia expressa da ULSBM, EPE;
  - g) Assistência e auxílio na entrada e saída de doentes das ambulâncias;
  - h) Acompanhamento e colocação do doente no interior da habitação ou do local de destino, no caso de doentes acamados ou em cadeira de roda ou de doentes, que embora se desloquem pelos seus próprios meios, necessitem de auxílio;
  - i) Assistência na prestação de primeiros socorros aos doentes que durante o transporte assim o necessitem;
  - j) Disponibilização de meios de assistência médica aos doentes durante as viagens, nomeadamente:
    - Kit de primeiros socorros;
    - Oxigénio;
    - Aspirador de secreções;
    - Monitor de sinais vitais;
    - Desfibrilhador;
    - Ambu.

### **Requisitos técnicos obrigatórios**

- a) O(s) Prestadore(s) de Serviço(s) de Transporte devem integrar as seguintes tipologias de pessoas coletivas:
  - i. Associações ou Corporações de Bombeiros legalmente constituídas;
  - ii. Delegações da Cruz Vermelha Portuguesa;



iii. Pessoas Coletivas detentoras de alvará para o exercício da atividade de transporte de doentes em ambulância.

b) O serviço de transporte será efetuado no tipo de transporte prescrito pela ULSBM, EPE, adequado à situação clínica do doente, nos termos legislação em vigor estabelecida na Portaria n.º 260/2014, de 15 de dezembro.

c) Devem ser transportados em ambulância os doentes com situação clínica incapacitante: doente acamado, em cadeira de rodas ou com necessidade de transporte isolado; os restantes transportes devem ser efetuados em VDTD. É a requisição que define a tipologia da viatura para efeitos de faturação.

d) As VDTD e ambulâncias a afetar ao serviço de transporte deverão cumprir integralmente o estabelecido na Portaria n.º 260/2014, de 15 de dezembro.

e) O serviço de transporte a fornecer abrange todos os artigos de consumo, equipamentos e mão-de-obra que se revelem necessários para que o doente seja conduzido e assistido nas condições prescritas pelo médico responsável.

f) A VDTD ou ambulância deverá possuir o equipamento necessário à situação concreta do doente a transportar e, sempre que solicitado, o doente será acompanhado de tripulante que possua conhecimentos de primeiros socorros.

g) Deverá ser utilizado equipamento portátil, adequado ao transporte de doentes. A impossibilidade, por parte do prestador, de utilizar equipamento que acumule as funções exigidas, designadamente ECG, TA, Pulso e Sat. O<sub>2</sub>, não deverá implicar encargo adicional para a ULSBM, EPE, devendo a faturação ser aplicada à função global e não a módulos parcelares.

h) Quando, por inexistência ou avaria do material/equipamento previsto nos termos das Portarias n.º 1147/2001, de 28 de setembro, n.º 402/2007, de 10 de Abril, 142-A/2012, de 15 de Maio, e da Declaração de Retificação nº 36/2012, de 13 de Julho, tiver de ser utilizado material ou equipamento da ULSBM, EPE, será aplicada penalização, que se traduzirá na dedução de 50% do valor faturado para essa deslocação/transporte.

i) A ambulância deverá ainda, em certas situações, possuir dimensão para deslocar equipamento móvel da ULSBM, EPE, que acompanhe o doente. Nesse caso, a responsabilidade do Prestador de serviço é extensível a esse equipamento, nomeadamente ao seu cuidado/manuseamento.

j) A frota deve estar em bom estado de conservação, proporcionando comodidade e segurança no transporte do doente, prevenindo avarias e garantindo o cumprimento dos horários estabelecidos para o serviço a efetuar. Justificadamente, poderá a ULSBM, EPE exigir a substituição duma viatura que se apresente para efetuar um transporte requisitado.

### **Requisição do transporte**

a) A requisição de VDTD e Ambulância para o transporte de doentes e acompanhantes será efetuada nos termos do circuito interno estabelecido para o efeito na ULSBM, EPE, que se reserva o direito de o alterar a todo o tempo, e que integra com o Sistema de Gestão de Transporte de Doentes (SGTD).

b) No caso dos transportes programados, a requisição do transporte será, sempre que possível, até à véspera, devendo a VDTD ou Ambulância destinada a essa deslocação apresentar-se impreterivelmente no local, data e hora marcados.

c) Dadas as características clínicas dos doentes da ULSBM, EPE, surgirão situações não programadas em que a requisição será efetuada no próprio dia e, por vezes, para resposta imediata. Assim, deve o Prestador de





serviço possuir capacidade de atender o solicitado com a brevidade indicada, não podendo a disponibilização do transporte ultrapassar os 30 minutos de espera.

d) O Prestador de serviço deverá garantir uma resposta imediata, através da permanência de uma ambulância de tipo A e respetiva tripulação no parque de ambulâncias da ULSBM, EPE.

e) Decorridos 30 minutos sobre a chamada/requisição do transporte sem que este tenha comparecido, a ULSBM, EPE poderá requisitar o transporte a outra entidade, sendo o Prestador de serviço responsável pelo pagamento do mesmo, com dedução na respetiva fatura.

f) Em caso de avaria duma viatura, durante o transporte de doentes e acompanhantes, deve o Prestador de serviço proporcionar um meio de transporte alternativo, respeitando a situação concreta do(s) doente(s) a transportar, idêntico em características e equipamentos e seguro, que permita a chegada do(s) doente(s) ao seu local de destino, no mais curto espaço de tempo e acompanhado, pelo menos, por um representante do Prestador de serviço.

g) No caso mencionado na alínea anterior, e mesmo que o Prestador de serviço, pela excecionalidade da situação e pela urgência, se tenha que socorrer de outra entidade transportadora, mantém intacta a responsabilidade pelo transporte desse(s) doente(s).

h) O transporte será feito em qualquer dia do ano, a qualquer hora, de acordo com a data, hora, local de origem e de destino estipulados na requisição.

i) As viaturas deverão possuir seguro de passageiros.

j) Sempre que haja substituição ou adicionamento de viaturas, tal deve ser comunicado à Central de Transportes (CT) da ULSBM, EPE.

k) A ULSBM, EPE poderá, justificadamente, exigir a substituição de uma viatura que se apresente em mau estado para efetuar um transporte requisitado.

l) Os doentes poderão ser acompanhados por profissional da ULSBM, EPE, e/ou familiares. Nesse caso, a viatura deverá estar preparada para o adequado transporte desses elementos, sem prejuízo da comodidade e da segurança do doente, sem custo adicional.

m) Sempre que o transporte a efetuar respeite a doente que esteja internado na ULSBM, EPE e a deslocação for efetuada para que o doente efetue um tratamento no exterior cuja duração se prevê seja de até 30 minutos, deve o prestador aguardar pelo fim do tratamento do doente e transportar o doente de volta aa ULSBM, EPE, evitando assim que o doente esteja à espera de novo transporte.

n) O transporte a efetuar deve apresentar a roupa e equipamento necessários ao transporte, sendo que sempre que sejam utilizados, excecionalmente, roupa ou equipamento da ULSBM, EPE no transporte de doentes deve ser garantido que serão de imediato devolvidos aos serviços responsáveis da ULSBM, EPE.

o) O transporte múltiplo de doentes deve ser privilegiado

1. Agrupamento de doentes que, independentemente da origem, se inserem no mesmo percurso;
2. Doentes que recebam cuidados de saúde no mesmo período (horário de consulta, exame ou tratamento);
3. Doentes destinados a estabelecimento de saúde preferencialmente no mesmo concelho e ou área geográfica;

### **Exclusões**

a) O transporte não realizado, em que tenha havido deslocação do prestador de serviços e sempre que haja informação prévia prestada pela ULSBM, EPE ou pelo doente, é excluído.



b) O transporte objeto deste contrato não inclui a viagem para vir à ULSBM, EPE:

- Se não existe declaração de transporte previamente emitida pelo médico;
- Efetuar marcações;
- Requisitar ou levantar relatórios clínicos ou outro tipo de documentação;
- Levantar medicamentos na Farmácia hospitalar;
- Vir a consultas de serviço social sem outro episódio associado;
- Quando há retorno do acompanhante, mas o doente fica internado.

### **Recursos humanos**

a) O Prestador de serviço obriga-se a efetuar uma criteriosa seleção dos seus colaboradores, os quais devem ter reconhecida idoneidade para trabalhar em meio hospitalar, devendo ser apresentado, para cada colaborador, o certificado do registo criminal.

b) Todo o pessoal afeto ao transporte de doentes deve possuir, para além dos conhecimentos técnicos inerentes à sua profissão e estipulados legalmente, características relacionais muito especiais: boa educação, cordialidade, humanidade, etc., que permitam manter uma boa relação tanto com os doentes como com o pessoal da ULSBM, EPE.

c) O prestador de serviços deverá apresentar o quadro de pessoal afeto à prestação de serviços, discriminado por nome, categoria profissional e remuneração associada e mantê-lo atualizado, devendo apresentar o respetivo quadro sempre que solicitado pela Gestão de Doentes. A apresentação do quadro supra indicado, bem como dos certificados de registo criminal de cada colaborador, deverá ser feita à Gestão de Doentes até ao 30º dia do primeiro mês do contrato.

d) Os efetivos contratados para realizar as operações objeto e âmbito do presente caderno de encargos deverão manter-se constantes, garantindo o prestador de serviços a sua substituição em caso de ausência (por motivo de folgas, férias, baixas médicas, etc.), não devendo, por consequência, ser retirados para execução de tarefas (esporádicas) em outros locais. Todas estas alterações/faltas devem ser comunicadas, sempre que possível, previamente, ao Serviço de Gestão de Doentes.

e) O pessoal que se apresente para efetuar o transporte deverá apresentar rigorosa disciplina e compostura, com respeito pelas normas da ULSBM, EPE.

f) A ULSBM, EPE reserva-se o direito de, fundamentadamente, não aceitar determinados colaboradores do Prestador de serviço, comprometendo-se este a efetuar a sua substituição.

g) O pessoal deve apresentar-se sempre devidamente fardado e identificado, com aposição do nome do prestador do serviço na farda e com cartão de identificação (com nome e fotografia) colocado no bolso superior da farda, sendo o prestador de serviços o único responsável por providenciar o fardamento de todo o pessoal afeto à prestação de serviços na ULSBM, EPE.

h) Sempre que o serviço de Gestão de Doentes verifique a incapacidade profissional de qualquer funcionário do prestador de serviços, quer no desempenho das suas funções, quer através de atos de comportamento que não se coadunem com as normas em vigor na ULSBM, EPE, deve o prestador de serviços proceder à sua substituição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, após a notificação escrita da ULSBM, EPE.

i) Durante o período de férias, o pessoal deve ser substituído na totalidade, garantindo-se os padrões de qualidade definidos contratualmente.



- j) O prestador de serviços será responsável por todos os danos causados pelo seu pessoal no património da ULSBM, EPE (material, equipamento e instalações), obrigando-se a providenciar com brevidade as necessárias reparações. No caso do prestador de serviços não atuar atempadamente, a ULSBM, EPE reserva-se o direito de mandar proceder às reparações que se mostrem necessárias deduzindo os correspondentes custos, devidamente justificados, nos pagamentos a que o prestador de serviços tenha direito como resultado da sua prestação de serviços.
- k) O prestador de serviços é o único responsável pelas eventuais irregularidades contratuais e laborais que venham a ser detetadas por qualquer Organismo Fiscalizador.
- l) O prestador de serviços é responsável pelo integral cumprimento de todas as obrigações relativas à proteção e condições de trabalho do seu pessoal nos termos do Concurso Público e legislação laboral aplicável, designadamente o subsídio de refeição, vacinação, formação, medicina do trabalho e outras regalias sociais.
- m) O prestador de serviços é responsável pela definição e execução do plano de formação necessário aos seus colaboradores, com vista a boa execução das suas tarefas e de acordo com as necessidades e exigências da ULSBM, EPE.
- n) Para além das obrigações decorrentes da aceitação do presente caderno de encargos, o prestador de serviços será responsável por todos os atos ou omissões do seu pessoal.

### **Tipologia de transportes**

a) As VDTD e Ambulâncias podem ser dos seguintes tipos:

- i. VDTD: Destina-se ao transporte em banco(s) ou cadeira(s) de rodas, de um ou mais doentes e seus acompanhantes cuja situação clínica não impõe, previsivelmente, a necessidade de cuidados de saúde durante o transporte;
  - ii. Tipo A1: Ambulância de transporte individual, destinada ao transporte de um doente em maca, banco ou cadeira de rodas, e de um acompanhante;
  - iii. Tipo A2: Ambulância de transporte múltiplo, destinada ao transporte de um ou mais doentes em maca(s), banco(s) e ou cadeira(s) de rodas e do(s) seu(s) acompanhante(s), até sete doentes em cadeiras de transporte ou em cadeiras de rodas;
  - iv. Tipo C: Ambulância de cuidados intensivos, concebida e equipada para o transporte não urgente com prestação de cuidados de suporte avançado de vida a doentes cuja sobrevivência, por disfunção ou falência profunda de um ou mais órgãos ou sistemas, depende de meios avançados de monitorização e terapêutica.
- b) O tipo de transporte a considerar deve respeitar os requisitos técnicos exigidos e os preços unitários máximos definidos na Cláusula 4.<sup>a</sup> das Cláusulas Gerais do presente Caderno de Encargos, bem como o definido na Portaria n.º 260/2014, de 15 dezembro, e demais legislação em vigor.

### **Operacionalidade**

a) Concretizada a adjudicação e outorgado o contrato, o Prestador de serviço é responsável por:

- i. Afetar ao transporte de doentes, todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à boa execução do contrato;
- ii. Garantir que os recursos humanos afetos em cada momento à execução do contrato correspondem ao indicado na proposta adjudicada;



- iii. Garantir que os recursos materiais, em particular, a frota de VDTD/Ambulâncias e respetivos equipamentos afetos à execução do contrato, correspondem ao indicado na proposta adjudicada, à tipologia do transporte prescrito pelo médico e são em número suficiente para suprir as necessidades da ULSBM, EPE, apresentando bom estado de conservação e detendo o equipamento adequado às tipologias de transporte;
- b) Efetuar o transporte e gestão de transporte de doentes de acordo com as indicações da Central de Transporte de Doentes ou da Gestão de Doentes da ULSBM, EPE, salvaguardando a realização de transporte com especificidades próprias como doentes transplantados, doentes radioativos e doentes com tratamento em simultâneo de quimioterapia e radioterapia;
- c) Efetuar transporte de doentes para atendimento não programado, desde que exista declaração de transporte de uso único para o efeito;
- d) Garantir o transporte dos acompanhantes, sendo que o número de acompanhantes é um e poderá ser dois quando que se trate de menores com idade inferior a 18 anos;
- e) Sempre que, por avaria de um VDTD ou Ambulância ou por qualquer outro motivo devidamente fundamentado, o transporte de um doente de ou para a ULSBM, EPE fique comprometido, o Prestador de serviço/prestador de serviços deverá informar de imediato a entidade adjudicante e proceder à respetiva substituição por outra com as mesmas características, no tempo máximo de duas horas.
- f) A entrada e saída de VDTD e Ambulâncias autorizadas será efetuada nos termos das regras definidas pela ULSBM, EPE.
- g) A ULSBM, EPE designará um grupo técnico de avaliação, que integrará profissionais do Instituto, com as seguintes atribuições:
- Realizar auditorias às condições técnicas dos meios de transporte;
  - Averiguar casos de desempenho deficiente e elaborar relatório sobre os mesmos.
- h) A avaliação referida no número anterior será sempre fundamentada em aspetos concretos da prestação. Se o resultado for negativo, o Prestador de serviço será penalizado de acordo com o estipulado na Cláusula 13ª em conformidade com o ponto 6 das especificações técnicas.
- i) Dar cumprimento a toda a legislação em vigor no que concerne ao transporte de pessoal e equipamento no âmbito do presente procedimento;
- j) A título acessório, o prestador de serviços fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo, nomeadamente:
1. Prestar os serviços com viaturas e equipas detentoras de formação e conhecimentos técnicos (know-how) adequados e com garantia de cumprimento das boas práticas;
  2. Executar a prestação de serviço de transporte não urgente de doentes e acompanhantes em VDTD ou ambulância;
  3. Efetuar a gestão dos pedidos e a respetiva programação dos transportes, de acordo com as indicações da Central de Transportes da ULSBM, EPE;
  4. Garantir o transporte de profissionais e dos acompanhantes dos doentes sempre que se justifique;
  5. Garantir a utilização da plataforma informática de gestão de transportes utilizada pelo Sistema de Gestão de Transporte de Doentes (SGTD), registando todas as informações necessárias, nomeadamente a matrícula da viatura e o nome do motorista;



6. Garantir os registos com a hora de entrada e saída do doente nas portarias da ULSBM, EPE, sem os quais não será possível proceder ao pagamento das faturas;
7. Dar cumprimento a toda a legislação em vigor no que concerne ao transporte de pessoal e equipamento, no âmbito do presente procedimento.

### **Preços**

1. A contagem dos quilómetros é feita conforme previsto no SGTD, tudo nos termos da legislação em vigor.
2. O preço para as ambulâncias medicalizadas inclui a deslocação do(s) doente (s) e o retorno dos profissionais de saúde que o(s) acompanham dentro da área metropolitana de Lisboa, só podendo ser faturado um transporte de ida quando o retorno não é efetuado com o doente.
3. O preço a praticar por transporte não realizado só será considerado nos casos em que tenha havido deslocação do prestador de serviços e quando a não realização do transporte ocorra por falta de informação à entidade prestadora de serviços pela ULSBM, EPE ou pelo doente.
4. O transporte múltiplo de doentes deve ser privilegiado, tudo nos termos da legislação em vigor;

## Mapa de Quantidades

1. Estima-se que o número de transportes a efetuar durante o período de vigência do contrato:

### Lote 1 - VDTD (portaria 260/2014 – Capítulo I – art.º 5, n.º 2)

Código Artigo	Designação	Quantidade	Unidade	Preço Unitário	Preço Estimado Total	Preço Uni/Km	Preço Total
1	Quilometro		Km				
2	Acompanhante		km				
3	Segunda Hora espera e subsequentes >15Km		Un				
4	Taxa de Saída por cada doente e/ou acompanhante, que inclui as deslocações de ida e de volta, não podendo haver lugar a qualquer faturação adicional, exceto consumíveis		Un				
Total Lote							

(VALORES ISENTOS DE IVA)

### Lote 2 - Ambulâncias do tipo A do Tipo C (portaria 260/2014, Capítulo I, art.º 5, n.º 2) e do tipo b (portaria 260/2014, Capítulo I, art.º 3, n.º 6)

Código Artigo	Designação	Quantidade	Unidade	Preço Unitário	Preço Estimado Total	Preço Uni/Km	Preço Total
1	Quilometro		Km				
2	Acompanhante		km				
3	Segunda Hora espera e subsequentes >15Km		Un				
4	Taxa de Saída por cada doente e/ou acompanhante, que inclui as deslocações de ida e de volta, não podendo haver lugar a qualquer faturação adicional, exceto consumíveis		Un				
5	Oxigénio		Un				
6	Ventilador (em situações excecionais devidamente requisitadas e em ambulância diferentes do tipo C)		Un				
Total Lote							

(VALORES ISENTOS DE IVA)

Montantes do Despacho n.º 7606/2023, de 21 de julho:

(a que se refere o n.º 1)

Valor máximo/ano	Deslocações menores ou iguais a 15 km (por doente) «Taxa de saída»		Deslocações superiores a 15 km e iguais ou inferiores a 100 km (1.º doente)		Deslocações superiores a 100 km (1.º doente)	
	Ambulâncias	VDTD	Ambulâncias	VDTD	Ambulâncias	VDTD
2023* e 2024 .....	10,78 euros	9,30 euros	0,63 euros/km	0,60 euros/km	0,63 euros/km	0,60 euros/km
2025 .....	11,20 euros	9,57 euros	0,66 euros/km	0,63 euros/km	0,66 euros/km	0,63 euros/km
2026 .....	11,63 euros	9,58 euros	0,69 euros/km	0,65 euros/km	0,69 euros/km	0,65 euros/km

\* A partir de 1 de julho de 2023, conforme o n.º 11 do despacho.

VDTD — Veículo dedicado ao transporte de doentes.

(a que se refere o n.º 4)

Valor máximo/ano por tipos de veículo	Entre a 2.ª e a 4.ª hora de espera	Entre a 2.ª e a 3.ª hora de espera	Após a 4.ª hora de espera	Após a 3.ª hora de espera
	Ambulâncias	VDTD	Ambulâncias	VDTD
2023* e 2024 .....	11,50 euros	8,00 euros	50 % do valor contratualizado. Acima de 100 km: 75 % do valor contratualizado.	50 % do valor contratualizado
2025 .....	12,13 euros	8,00 euros		
2026 .....	12,77 euros	8,00 euros		

\* A partir de 1 de outubro de 2023, conforme o n.º 10 do despacho.

VDTD — Veículo dedicado ao transporte de doentes.

2. As quantidades indicadas são meras estimativas, não podendo o prestador de serviço reclamar, seja a que título for, qualquer indemnização pelo facto de o consumo efetivo ficar aquém do estimado.
3. As notas de encomenda serão parciais, a efetuar à medida das necessidades da ULSBM, EPE.